

Caminho só se faz se forem criadas condições para as mulheres

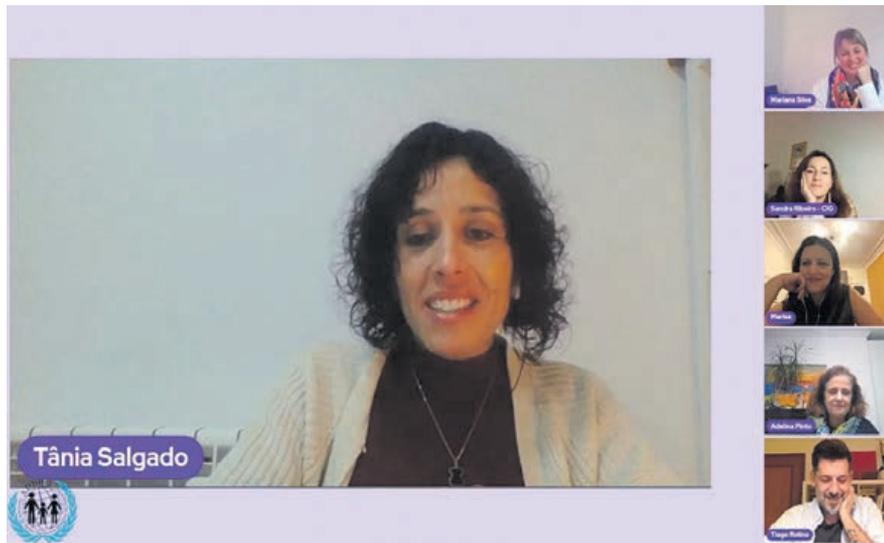
MULHERES NO PROCESSO DEMOCRÁTICO foi o tema do webinar promovido pela Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Guimarães no âmbito do Dia Internacional da Mulher.

GUIMARÃES

| Patrícia Sousa |

Muito já se fez, mas “ainda há um longo caminho” a percorrer para a igualdade de género. Para as convidadas do webinar, promovido pela Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Guimarães, no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, a mudança de mentalidade tem de começar em casa e na escola, mas esta reprodução social não se muda de um dia para o outro. As leis criadas já ajudaram a fazer o caminho, mas é preciso criar condições para as mulheres.

‘Mulheres no Processo Democrático’ foi o tema do webinar que juntou, anteontem à noite, Marisa Matias (eurodeputada), Mariana Silva (deputada à Assembleia da República), Sandra Ribeiro (presidente da CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género) e Adelina Pinto (vereadora e vice-presidente da Câmara Municipal de Guimarães), contando com a moderação do investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Tiago



Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Guimarães promoveu debate no âmbito do Dia Internacional da Mulher

Rolino.

Com o tema das quotas em cima da mesa, a vice-presidente da Câmara Municipal de Guimarães começou por defender que as mulheres têm que mostrar que ocupam os cargos “por direito próprio e não para cumprir leis”. “Merecemos estar e temos capa-

cidade e competências para o fazer”, assegurou Adelina Pinto. Mas o problema, de acordo com a vice-presidente, não está na lei, mas na “não aplicação e na carga social”, sendo que a escola “é a maior reprodutora desta desigualdade social”. A alteração dos estereótipos na escola “faz

parte da solução”, mas para Adelina Pinto “não se pode esperar mais uma geração, é preciso cada um fazer a sua parte”.

Também Mariana Silva, deputada da Assembleia da República, defendeu que “é preciso promover o lugar da mulher em todas as esferas da vida”. Na po-

lítica como outras atividades “é necessário dar condições para que elas possam participar”, pediu a deputada, lamentando que se está a “descurar a base”. Mariana Silva foi peremptória: “o caminho só se vai fazendo se forem criadas as condições para as mulheres”. A deputada foi mais longe: “é preciso consciencializar que homens e mulheres têm direito a 8 horas de descanso, a 8 horas de trabalho e a 8 horas de lazer, tem que se respeitar o horário dos trabalhadores e respeitar a vida e não a sobrevivência das pessoas. A mudança começa em casa e na escola”.

Para Marisa Matias o problema está “na prática e reprodução social”, acreditando que se não houvesse lei da paridade não estaria a falar como eurodeputada”. Todas as leis que permitirão “fazer o caminho mais rápido são bons instrumentos”.

O feminismo, continuou Marisa Matias, “é a bandeira que tem que se deixar de ter vergonha de levantar e não ter medo de usar a palavra”.

A presidente da CIG defendeu que as quotas vieram garantir que “a desigualdade aberrante e brutal não continuasse”. Para Sandra Ribeiro é necessário começar pelas escolas e em casa, porque é aí que os preconceitos são introduzidos na vida. “Trata-se de um terreno extremamente difícil, mas não é impossível e a lei tem dado grandes passos. É preciso tomar medidas mais céleres, porque precisamos de mudança de mentalidade, mas essa não acontece de um momento para o outro”, concluiu.

DR